



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 5.862-A, DE 2013

(Do Sr. Anselmo de Jesus)

Dispõe sobre as condições de encargos nos financiamentos com recursos para agricultores familiares minifundistas contratados com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, e dá outras providências; tendo parecer Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, pela aprovação, com substitutivo (relator: DEP. ASSIS DO COUTO e relator substituto: DEP. JOSIAS GOMES).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:
AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL;
FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD) E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIACÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I – Projeto inicial

II – Na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural:

- parecer dos relatores
- substitutivo oferecido pelos relatores
- parecer da Comissão
- substitutivo adotado pela Comissão

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei visa definir encargos específicos para agricultores familiares minifundistas nos contratos de operações de financiamentos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.

Art. 2º Aplicam-se aos contratos de crédito rural firmados com os agricultores familiares de que trata o Inciso I, alínea "a", do Art. 1º da Lei nº 10.177 de 12 de janeiro de 2001, considerados minifundistas, os mesmos encargos previstos para os beneficiários do programa de reforma agrária.

Parágrafo único. Para as finalidades desta Lei, considera-se agricultor familiar minifundista aquele assim definido pela Lei nº 11.326, de 2006, situado nas áreas de abrangência dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, que detenha, a qualquer título, área não superior ao correspondente a um módulo fiscal.

Art. 3º Prevalecerão para os contratos com os agricultores familiares minifundistas, previstos nesta Lei, as demais condições fixadas para as operações correlatas com os beneficiários do programa de reforma agrária, incluindo os riscos e as responsabilidades pelas subvenções.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Senhor Presidente estou reapresentando o texto do antigo projeto de lei 6528 de 2009, por este ter sido arquivado a luz do art. 105 do regimento Interno da Câmara dos Deputados, e pelo fato do conteúdo da proposição ainda estar inteiramente atual e se faz necessário que esta casa legislativa continue debatendo o tema.

Com este projeto de Lei pretende-se oferecer instrumento para a contenção de fenômeno social preocupante, com manifestação notadamente nas regiões Norte e Nordeste, apontado nos resultados finais do Censo Agropecuário 2006.

Trata-se do processo de definhamento do universo dos pequenos estabelecimentos agropecuários, em especial, daqueles com áreas menores que 10 hectares. Em escala nacional, no ano de 2006, o número de estabelecimentos pertencente a esse grupo de área, somava 2.477.071, ou 47.8% do número total de estabelecimentos. Em 1996, representavam 49.4% do número total de estabelecimentos. A área acumulada por esses estabelecimentos, em 2006, foi a menor de toda a série: 7.798.607 hectares. Essa tendência relativamente normal de declínio em escala nacional assumiu enormes proporções nas regiões norte e nordeste, em especial, na primeira.

Com efeito, na região norte, esses estabelecimentos que representavam em 2006, 27% do número total de estabelecimentos da região, registraram a redução em 124 milhões de hectares do seu território, em relação a 1996; uma perda de mais de $\frac{1}{4}$ na área por eles ocupada. Em relação a 1980, a área acumulada pelo grupo de estabelecimentos em questão, em 2006, foi 38% menor.

No Nordeste, o território ocupado por esses estabelecimentos, em 2006, foi erodido em 707 mil hectares em comparação com a área em 1980. Sobre 1996, a perda de área foi de 325 mil hectares (-8%).

Tem-se que, nos casos das regiões norte e nordeste, as políticas de estímulo para a agricultura familiar não têm sido suficientes para fortalecer a capacidade produtiva dessa faixa de estabelecimentos.

Entendemos que a proposta contida na presente iniciativa pode ser relevante para tonificar a capacidade de resistência desse segmento da agricultura familiar nas regiões em consideração cujos números mostram a sua enorme dimensão social.

Assim, a proposição sugere que os financiamentos com recursos dos Fundos Constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste para os estabelecimentos minifundistas (até 1 módulo fiscal), passem a ser equiparados aos fixados para os beneficiários do programa de reforma agrária.

Ante o exposto, e sublinhando o cunho social da proposição associada a sua expressão econômica, contamos com todos os pares desta Casa para a aprovação da presente proposta.

Sala das Sessões, em 02 de julho de 2013.

Deputado ANSELMO DE JESUS
PT-RO

<p>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</p>
--

REGIMENTO INTERNO
DA
CÂMARA DOS DEPUTADOS
RESOLUÇÃO Nº 17, de 1989

Aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados

.....

TÍTULO IV
DAS PROPOSIÇÕES

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

.....

Art. 105. Finda a legislatura, arquivar-se-ão todas as proposições que no seu decurso tenham sido submetidas à deliberação da Câmara e ainda se encontrem em tramitação, bem como as que abram crédito suplementar, com pareceres ou sem eles, salvo as:

- I - com pareceres favoráveis de todas as Comissões;
- II - já aprovadas em turno único, em primeiro ou segundo turno;
- III - que tenham tramitado pelo Senado, ou dele originárias;
- IV - de iniciativa popular;
- V - de iniciativa de outro Poder ou do Procurador-Geral da República.

Parágrafo único. A proposição poderá ser desarquivada mediante requerimento do Autor, ou Autores, dentro dos primeiros cento e oitenta dias da primeira sessão legislativa ordinária da legislatura subsequente, retomando a tramitação desde o estágio em que se encontrava.

Art. 106. Quando, por extravio ou retenção indevida, não for possível o andamento de qualquer proposição, vencidos os prazos regimentais, a Mesa fará reconstituir o respectivo processo pelos meios ao seu alcance para a tramitação ulterior.

.....

.....

LEI Nº 7.827, DE 27 DE SETEMBRO DE 1989

Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam criados o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, para fins de aplicação dos recursos de que trata a alínea c do inciso I do art. 159 da Constituição Federal, os quais se organizarão e funcionarão nos termos desta Lei.

I - Das Finalidades e Diretrizes Gerais

Art. 2º Os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste têm por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através das instituições financeiras federais de caráter regional, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os respectivos planos regionais de desenvolvimento.

§ 1º Na aplicação de seus recursos, os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste ficarão a salvo das restrições de controle monetário de natureza conjuntural e deverão destinar crédito diferenciado dos usualmente adotados pelas instituições financeiras, em função das reais necessidades das regiões beneficiárias.

§ 2º No caso da região Nordeste, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste inclui a finalidade específica de financiar, em condições compatíveis com as peculiaridades da área, atividades econômicas do semi-árido, às quais destinará metade dos recursos ingressados nos termos do art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal.

.....

.....

LEI Nº 10.177, DE 12 DE JANEIRO DE 2001

Dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Para os financiamentos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, os encargos financeiros e o bônus de adimplência passam a ser definidos pelo Conselho Monetário Nacional, por meio de proposta do Ministério da Integração Nacional, observadas as orientações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e de acordo com os respectivos planos regionais de desenvolvimento. *(“Caput” do artigo com redação dada pela Medida Provisória nº 581, de 20/9/2012, convertida na Lei nº 12.793, de 2/4/2013)*

I – *(Revogado pela Medida Provisória nº 581, de 20/9/2012, convertida na Lei nº 12.793, de 2/4/2013)*

II – *(Revogado pela Medida Provisória nº 581, de 20/9/2012, convertida na Lei nº 12.793, de 2/4/2013)*

III – *(Revogado pela Medida Provisória nº 581, de 20/9/2012, convertida na Lei nº 12.793, de 2/4/2013)*

IV – *(Inciso acrescido pela Medida Provisória nº 432, de 27/5/2008, convertida na Lei nº 11.775, de 17/9/2008) (Revogado pela Medida Provisória nº 581, de 20/9/2012, convertida na Lei nº 12.793, de 2/4/2013)*

§ 1º *(VETADO na Lei nº 12.793, de 2/4/2013)*

§ 2º Os encargos financeiros e o bônus de adimplência de que trata o *caput* poderão ser diferenciados ou favorecidos em função da finalidade do crédito, do porte do beneficiário, do setor de atividade e da localização do empreendimento. [\(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 12.793, de 2/4/2013\)](#)

§ 3º Os encargos financeiros poderão ser reduzidos no caso de operações de crédito destinadas a:

I - financiamento de projetos para conservação e proteção do meio ambiente, recuperação de áreas degradadas ou alteradas, recuperação de vegetação nativa e desenvolvimento de atividades sustentáveis;

II - financiamento de projetos de ciência, tecnologia e inovação;

III - (VETADO);

IV - (VETADO); e

V - (VETADO). [\(Parágrafo com redação pela Lei nº 12.793, de 2/4/2013\)](#)

§ 4º [\(VETADO na Lei nº 12.793, de 2/4/2013\)](#)

§ 5º Em caso de desvio na aplicação dos recursos, o mutuário perderá, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis, inclusive de natureza executória, todo e qualquer benefício, especialmente os relativos ao bônus de adimplência. [\(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 12.793, de 2/4/2013\)](#)

§ 6º Em caso de estabelecimento de encargos financeiros ou bônus de adimplência que resulte na redução de custo financeiro para o tomador, a resolução do Conselho Monetário Nacional deverá definir se os novos encargos e bônus estabelecidos incidirão, a partir da data de vigência da redução, sobre os financiamentos já contratados. [\(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 12.793, de 2/4/2013\)](#)

§ 7º O *del credere* do banco administrador, limitado a até 3% (três por cento) ao ano, está contido nos encargos financeiros cobrados pelos Fundos Constitucionais e será reduzido em percentual idêntico ao percentual garantido por fundos de aval. [\(Parágrafo acrescido pela Medida Provisória nº 432, de 27/5/2008, convertida na Lei nº 11.775, de 17/9/2008 e com nova redação pela Lei nº 12.793, de 2/4/2013\)](#)

§ 8º Os encargos financeiros e bônus de adimplência já estabelecidos continuarão em vigor até a data anterior à vigência dos novos encargos financeiros e bônus de adimplência que forem definidos pelo Conselho Monetário Nacional. [\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.793, de 2/4/2013\)](#)

Art. 2º Os recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, desembolsados pelos bancos administradores, serão remunerados pelos encargos pactuados com os devedores, excluído o *del credere* correspondente.

.....

.....

LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006

Estabelece as diretrizes para a
formulação da Política Nacional da Agricultura
Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Art. 2º A formulação, gestão e execução da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais serão articuladas, em todas as fases de sua formulação e implementação, com a política agrícola, na forma da lei, e com as políticas voltadas para a reforma agrária.

.....

.....

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

I - RELATÓRIO

Vem a exame desta Comissão, o Projeto de Lei nº 5.862, de 2013, de autoria do Deputado Anselmo de Jesus, que visa definir encargos para os agricultores familiares minifundistas nos contratos de operações de financiamento com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.

Pretende o Autor que estes agricultores possam usufruir dos mesmos encargos previstos para os beneficiários do programa de reforma agrária. Com isso espera oferecer mais um instrumento para conter o processo de definhamento do universo da agricultura familiar, conforme apontam os dados do Censo Agropecuário de 2006. Tendência que assumiu enormes proporções nas regiões norte e nordeste.

Para efeito da proposta considera-se minifundista o agricultor familiar, assim definido pela Lei nº 11.326, de 2006, que detenha, a qualquer título, área não superior ao correspondente a um módulo fiscal.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Censo Agropecuário de 2006 identificou mais de 4, 36 milhões de estabelecimentos pertencente a agricultores familiares, o que representa aproximadamente 84% do total. Quanto à área por eles ocupada, tem-se que não alcança 25% da integralidade da agropecuária brasileira.

Responde ela por 37,9% da produção agropecuária brasileira. É responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% do de aves, 30% dos bovinos.

Porém, este segmento da agricultura brasileira não é uniforme. Ao lado destes indicadores de vitalidade, existem 2,7 milhões de unidades produtivas que não geram renda suficiente para assegurar a subsistência digna das famílias, criando um bolsão de pobreza que não pode ser ignorado. E, sem o decisivo apoio de políticas públicas a elas direcionadas, essas famílias não conseguirão fugir ao destino de crescente miséria e abandono de suas terras. Foi o que mostrou o Censo Agropecuário de 2006.

Como bem apontou o nobre Deputado Anselmo de Jesus, o último Censo mostrou que houve uma redução nos estabelecimentos com menos de 10 hectares, quando comparado ao Censo Agropecuário de 1996, principalmente nos estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Acredito que reverter essa tendência e superar a pobreza rural será um dos maiores desafios que a sociedade brasileira terá que enfrentar nos próximos anos.

O Governo tem se preocupado com a qualidade de vida nos assentamentos da reforma agrária. Assim, paralelamente à disponibilização de recursos públicos voltados para o investimento e o custeio, vem também alocando recursos destinados à melhoria das condições de moradia, saúde, educação e vias de acesso aos assentamentos.

Os agricultores familiares que necessitam do apoio de políticas públicas específicas não se encontram somente nos assentamentos de reforma agrária. Grande parte da miséria rural vive fora dos assentamentos do INCRA.

Portanto, considero importante a aprovação desta proposição, no sentido de estender aos agricultores familiares que possuem estabelecimentos de até um módulo fiscal, os mesmos encargos a que têm acesso os beneficiários da reforma agrária. Essa é uma exigência da sociedade moderna: tratamento justo e isonômico para todos.

Faço apenas uma ressalva quanto à remissão ao inciso I,

alínea “a”, do art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001 (art. 2º do PL), pois este dispositivo foi revogado pela Lei nº 12.793, de 2 de abril de 2013. Também julgo conveniente excluir do Projeto de Lei a expressão “minifundistas”. Assim, estou propondo um Substitutivo visando a essas adequações.

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.862, de 2013, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em 12 de setembro de 2013.

Deputado ASSIS DO COUTO
Relator

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 5.862, DE 2013.

Dispõe sobre as condições dos encargos de financiamentos contratados com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, por agricultores familiares que não detenham, a qualquer título, área superior a um módulo fiscal, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta Lei visa definir encargos específicos para agricultores familiares que não detenham, a qualquer título, área superior a um módulo fiscal, nos contratos de operações de financiamentos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.

Art. 2º. Aplicam-se aos contratos de operações de financiamentos firmados com agricultores familiares que não detenham, a qualquer título, área superior a um módulo fiscal, os mesmos encargos previstos para os

beneficiários do programa de reforma agrária, quando os recursos forem oriundos dos Fundos Constitucionais, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.

Parágrafo único. Para as finalidades desta Lei, considera-se beneficiário o agricultor familiar, assim definido pela Lei nº 11.326, de 24 de julho 2006, que atenda às exigências do *caput* deste artigo.

Art. 3º. Prevalecerão para os contratos com os agricultores familiares, previstos nesta Lei, as demais condições fixadas para as operações correlatas com os beneficiários do programa de reforma agrária, incluindo os riscos e as responsabilidades pelas subvenções.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Comissão, em 12 de setembro de 2013.

Deputado ASSIS DO COUTO

Relator

I – RELATÓRIO

Na reunião desta Comissão realizada na data de hoje, tendo em vista a ausência do relator, Deputado Assis do Couto, fui designado como Relator Substituto do Projeto de Lei Nº 5.862, de 2013, de autoria do Deputado Anselmo de Jesus, para elaborar um novo parecer.

Acolho na íntegra o parecer do Deputado Assis do Couto, com substitutivo.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Voto pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei Nº 5.862, de 2013, de autoria do Deputado Anselmo de Jesus, na forma do substitutivo.

Sala da Comissão, em 16 de outubro de 2013.

Deputado Josias Gomes
Relator Substituto

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente o Projeto de Lei nº 5.862/2013, com substitutivo, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Assis do Couto, e do Relator Substituto, Deputado Josias Gomes.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Giacobo - Presidente, Moreira Mendes, Luci Choinacki e Abelardo Lupion - Vice-Presidentes, Alexandre Toledo, Amir Lando, Anselmo de Jesus, Assis do Couto, Bohn Gass, Carlos Magno, Celso Maldaner, Davi Alves Silva Júnior, Dilceu Sperafico, Domingos Sávio, Francisco Tenório, Giovanni Queiroz, Hélio Santos, Jairo Ataíde, Júnior Coimbra, Junji Abe, Leandro Vilela, Lira Maia, Luis Carlos Heinze, Marcelo Castro, Marcon, Nelson Meurer, Nelson Padovani, Nilson Leitão, Odílio Balbinotti, Onyx Lorenzoni, Pedro Chaves, Raimundo Gomes de Matos, Reinaldo Azambuja, Valmir Assunção, Vitor Penido, Alfredo Kaefer, Bernardo Santana de Vasconcellos, Edson Pimenta, Jesus Rodrigues, Marcos Montes, Nelson Marquezelli e Wandenkolk Gonçalves.

Sala da Comissão, em 16 de outubro de 2013.

Deputado GIACOBO
Presidente

PROJETO DE LEI Nº 5.862, DE 2013

Dispõe sobre as condições dos encargos de financiamentos contratados com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, por agricultores familiares que não detenham, a qualquer título, área superior a um módulo fiscal, e dá outras providências.

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei visa definir encargos específicos para agricultores familiares que não detenham, a qualquer título, área superior a um módulo fiscal, nos contratos de operações de financiamentos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.

Art. 2º Aplicam-se aos contratos de operações de financiamentos firmados com agricultores familiares que não detenham, a qualquer título, área superior a um módulo fiscal, os mesmos encargos previstos para os beneficiários do programa de reforma agrária, quando os recursos forem oriundos dos Fundos Constitucionais, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.

Parágrafo único. Para as finalidades desta Lei, considera-se beneficiário o agricultor familiar, assim definido pela Lei nº 11.326, de 24 de julho 2006, que atenda às exigências do *caput* deste artigo.

Art. 3º Prevalecerão para os contratos com os agricultores familiares, previstos nesta Lei, as demais condições fixadas para as operações correlatas com os beneficiários do programa de reforma agrária, incluindo os riscos e as responsabilidades pelas subvenções.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Comissão, em 16 de outubro de 2013

Deputado **GIACOB**O

Presidente

FIM DO DOCUMENTO
